

HABEAS CORPUS Nº 515.429 - RJ (2019/0168155-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MARIA LUIZA ALVES
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : JOSE EVERALDO TITO DE ARAUJO JUNIOR (PRESO)
PACIENTE : PAULO RICARDO SOUZA RIBEIRO (PRESO)
PACIENTE : PATRICK SOARES MACHADO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JOSÉ EVERALDO TITO DE ARAÚJO JUNIOR, PAULO RICARDO SOUZA RIBEIRO E PATRICK SOARES MACHADO apontando como o autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Desembargadora Relatora Márcia Perrini Bodart).

Consta dos autos que os pacientes foram, em primeiro grau de jurisdição, condenados como incurso no crime previsto no art. 157, § 2º, incisos, I e II, do Código Penal, às penas de sete anos de reclusão, em regime inicial fechado (pacientes José Everaldo Tito de Araújo Júnior e Paulo Ricardo Souza Ribeiro) e seis anos e cinco meses, em regime inicial fechado (paciente Patrick Soares Machado).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, ao qual o Tribunal de origem negou provimento em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 62/63):

APELAÇÃO CRIMINAL. Roubo majorado. Emprego de arma de fogo e concurso de agentes. Art. 157, § 2º, I e II, Código Penal. A defesa obsecra: 1) a absolvição dos Apelantes; 2) a exclusão das majorantes de emprego de arma de fogo e de concurso de agentes; 3) a fixação da penas-base nos seus mínimos legais; 4) a fixação da fração de 1/3 (um terço) na 3ª fase da dosimetria; 5) o abrandamento do regime de pena. Por fim, deduziu prequestionamento. Em 20/03/2017, os Apelantes, em união de ações e desígnios com mais um agente não identificado, mediante grave ameaça consistente no emprego de arma de fogo, subtraíram uma motocicleta Yamaha, cor preta, dois capacetes e um casaco da vítima. Ela pilotava a sua motocicleta quando foi abordada pelos Apelantes que estavam em um veículo Gol. Três agentes desceram do referido automóvel com armas em punho e exigiram que a vítima lhes entregasse a moto. Após a subtração, o primeiro Apelante (José Everaldo) fugiu na direção da motocicleta da vítima e

na posse de seus outros bens, enquanto os outros agentes retornaram ao automóvel, e todos empreenderam fuga. Crime de roubo comprovado. Materialidade demonstrada pelo Registro de Ocorrência. Autoria indelével diante da prova oral coligida aos autos. Em Juízo, a vítima narrou de forma detalhada toda a dinâmica delitiva, e reconheceu os Apelantes como os autores do crime. Manutenção da Majorante do emprego de arma de fogo. A não apreensão da arma não tem o condão de afastar a incidência da majorante, quando o depoimento da vítima aponta no sentido de seu emprego na empreitada criminosa, como ocorre no caso em tela. Precedentes da 3ª Terceira Seção do STJ e do STF. Cumpre ressaltar que entendimento contrário afrontaria a própria mens legis, que visa a majorar a pena daquele que através do emprego de arma de fogo impinge maior temor às suas vítimas. Manutenção da dosimetria. As penas-base dos Apelantes foram fixadas acima de seu mínimo legal com base em elementos do caso concreto, e com base no art. 59, do Código Penal. A fração de 2/5 (dois quintos), na 3ª fase da dosimetria pela incidência de duas majorantes mostra-se proporcional e foi justificada pelo sentenciante. Verbete nº 443 do STJ. Regime inicialmente fechado mantido. Crime de roubo cometido com emprego de arma de fogo. Inteligência do verbete nº 381, da Súmula do TJRJ. Prequestionamento não conhecido. Não houve qualquer tipo de violação à norma constitucional ou infraconstitucional, além de ter sido suscitado de forma genérica. Descumprimento do requisito da impugnação específica e localizada. RECURSOS DEFENSIVOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.

No presente writ, sustenta a impetrante constrangimento ilegal consistente na equivocada dosimetria da reprimenda (consideração de procedimentos investigatórios para majoração da pena-base, fundamentação inidônea quanto à fração de aumento na terceira fase de aplicação da pena e fixação de regime demasiadamente gravoso).

Aduz que (e-STJ fls 5, 9 e 11):

O que se pretende demonstrar neste ponto é que o decisum vergastado afrontou, objetivamente, o disposto nos arts. 59, caput, do Código Penal, eis que afirmou que os Pacientes teriam demonstrado ousadia ao utilizar um veículo automotor para a consecução do delito, indicando com isso que sua finalidade seria realizar crimes dessa natureza em série, além de aumentar a pena em razão de anotações ainda em andamento, constantes da FAC dos Pacientes.

[...]

Com efeito, a d. instância a quo, ao fundamentar a majoração da pena em razão das qualificadoras do crime de roubo, utilizou argumentos vazios de relevância jurídica, revelando-se, em verdade, mera repetição da letra da lei, empregando critério meramente matemático,

o que mostra-se flagrantemente ilegal e desproporcional.

[...]

Equivocou-se, data venia, a egrégia 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro ao manter o regime fechado para o início do cumprimento da pena dos Pacientes.

Observa-se, pela leitura do acórdão recorrido, que a referida Câmara Criminal, ao fixar o regime inicial fechado, fundamentou-o com base em elementos inerentes ao próprio tipo penal de roubo majorado pelo emprego de arma de fogo, desprezando o fato de serem os Pacientes primários e portadores de bons antecedentes.

Invoca, ainda, os enunciados 718 e 719 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Busca, liminarmente e no mérito, o redimensionamento da reprimenda e a alteração do regime para o semiaberto.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, sem a qual não há como verificar o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Suficientemente instruído o feito, dispenso as informações de estilo.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator